

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2026.r7a08>

Recebido em: 13/05/2026

Aceito em: 28/05/2026

A IMPORTÂNCIA DA TERRITORIALIDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

THE IMPORTANCE OF TERRITORIALITY IN GEOGRAPHY EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF RURAL EDUCATION

José Wilson Soares Moreira

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-3552-9864>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8240189625753187>

Especialista em Geografia do Nordeste

Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, Brasil

E-mail: wilson.moreira@ifrn.edu.br

Fábio Alexandre Araújo dos Santos

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5902-8698>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8334261197856331>

Pós-doutor em Educação

Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, Brasil

E-mail: alexandre.araujo@ifrn.edu.br

Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6857-7947>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5187018279016366>

Pós Doutora em Educação

Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, Brasil

E-mail: andrezza.tavares@ifrn.edu.br

RESUMO

Este trabalho explora a relevância do conceito de territorialidade no ensino de geografia sob a perspectiva da educação do campo, destacando a importância de integrar os saberes locais e as vivências das comunidades rurais ao processo educacional. Compreendendo o território como uma construção social que vai além de suas delimitações físicas, a abordagem valoriza as interações entre espaço, poder, identidade e cultura. O conceito de multiterritorialidade é discutido como ferramenta para compreender as dinâmicas socioespaciais e os desafios enfrentados pelas populações rurais em um contexto globalizado. São apresentadas estratégias pedagógicas, como projetos comunitários e estudos do meio, que promovem uma educação contextualizada, crítica e emancipatória, contribuindo para a valorização dos modos de vida tradicionais, a sustentabilidade e a justiça social. Assim, o ensino de geografia torna-se um instrumento de resistência e transformação, fortalecendo o vínculo entre os sujeitos e seus territórios.

Palavras-chave: Territorialidade; Educação do campo; ensino de Geografia; multiterritorialidade.

ABSTRACT

This work explores the relevance of the concept of territoriality in geography education from the perspective of rural education, highlighting the importance of integrating local knowledge and the experiences of rural communities into the educational process. Understanding territory as a social construct that goes beyond its physical boundaries, the approach values the interactions between space, power, identity, and culture. The concept of multiterritoriality is discussed as a tool for understanding the socio-spatial dynamics and challenges faced by rural populations in a globalized context. Pedagogical strategies are presented, such as community projects and field studies, that promote contextualized, critical, and emancipatory education, contributing to the appreciation of traditional ways of life, sustainability, and social justice. Thus, geography education becomes an instrument of resistance and transformation, strengthening the bond between individuals and their territories.

Keywords: Territoriality; rural Education; Geography teaching; multiterritoriality.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de territorialidade apresenta-se como um elemento estruturante para o ensino de geografia, em especial no contexto da educação do campo, ao permitir a análise das relações sociais, econômicas e culturais que permeiam a interação entre os sujeitos e o espaço que ocupam. Essa perspectiva vai além da simples delimitação física ou administrativa do território, compreendendo-o como uma construção social e simbólica, fruto das práticas e significados atribuídos pelos indivíduos e pelas comunidades. Nesse sentido, o ensino de geografia ganha uma dimensão crítica e reflexiva, capacitando os alunos a compreenderem o espaço geográfico como palco de dinâmicas de poder, identidade e resistência.

No âmbito da educação do campo, a territorialidade assume um papel central ao valorizar os saberes locais e as vivências das comunidades rurais, integrando-as ao processo educacional de maneira contextualizada e significativa. Essa abordagem busca fortalecer o vínculo dos sujeitos com o espaço que habitam, ao mesmo tempo em que promove uma leitura ampliada das transformações econômicas, políticas e ambientais que impactam o campo. Assim, o ensino de geografia torna-se uma ferramenta estratégica para a compreensão dos desafios enfrentados pelas populações rurais em um mundo cada vez mais globalizado, possibilitando a construção de soluções que respeitem suas especificidades e potencialidades.

O presente trabalho busca explorar a importância da territorialidade no ensino de geografia sob a perspectiva da educação do campo, destacando as múltiplas dimensões do

território e sua relevância para a formação de uma consciência crítica e emancipatória nos alunos. Para tanto, serão abordados conceitos como multiterritorialidade, apropriação simbólica do espaço e os desafios da desterritorialização, articulando-os com práticas pedagógicas que valorizem as experiências locais e promovam a autonomia das comunidades rurais.

2 TERRITORIALIDADE E ENSINO DE GEOGRAFIA

A territorialidade, enquanto conceito fundamental para a compreensão das dinâmicas espaciais, encontra relevância central no ensino de geografia, especialmente no contexto da educação do campo, ao possibilitar a análise das relações sociais, culturais e econômicas que se estabelecem entre os indivíduos e o espaço que habitam ou utilizam. Essa abordagem, ao considerar o território não apenas como uma delimitação física ou administrativa, mas como uma construção social, carregada de significados atribuídos pelas práticas e experiências humanas, promove a compreensão crítica do espaço geográfico enquanto instância de interação, poder e identidade (Ferreira, 2014).

No âmbito da educação de geografia, a territorialidade torna-se indispensável ao facilitar o entendimento de processos como a organização espacial, o uso do solo e os conflitos que surgem da disputa por recursos e territórios, elementos que possuem impacto direto sobre o cotidiano dos alunos em áreas rurais. Sob a perspectiva da educação do campo, a territorialidade assume ainda maior importância ao valorizar os saberes locais e as vivências específicas das comunidades camponesas, inserindo-as no debate geográfico como atores sociais que moldam e transformam o espaço em consonância com suas necessidades e práticas culturais.

A inter-relação entre espaço, território e poder nas dinâmicas sociais configura-se como um eixo central para a compreensão da territorialidade, uma vez que esses elementos são intrinsecamente articulados na construção e organização das sociedades humanas. O espaço, entendido enquanto dimensão física onde ocorrem as interações sociais, adquire significado por meio de sua apropriação e uso, transformando-se em território a partir do estabelecimento de relações de poder que delimitam, controlam e regulamentam o acesso e a utilização de seus recursos. Nesse sentido, o território não se restringe à sua materialidade, mas emerge como um constructo social e político, sendo moldado pelos interesses, valores e conflitos inerentes aos grupos que dele fazem uso (Ferreira, 2014).

2.1 MULTITERRITORIALIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO RURAL

A multiterritorialidade, enquanto conceito que se refere à coexistência e interdependência de múltiplos territórios nos quais os sujeitos transitam, atuam e constroem significados, apresenta implicações relevantes no contexto rural, especialmente no âmbito da educação de geografia sob a perspectiva da educação do campo. Esse fenômeno, que ultrapassa as fronteiras físicas ou administrativas, envolve a articulação de identidades, práticas sociais e relações econômicas que atravessam territórios distintos, possibilitando uma compreensão mais abrangente das dinâmicas espaciais e das interações sociais (Haesbaert; Ramos, 2004).

No contexto rural, a multiterritorialidade manifesta-se, por exemplo, na maneira como os sujeitos locais estabelecem vínculos simultâneos com o espaço de trabalho agrícola, os centros urbanos adjacentes e os territórios tradicionais ou comunitários, cada qual desempenhando um papel específico na configuração das relações sociais e econômicas. Essa multiplicidade territorial evidencia a complexidade das práticas territoriais rurais, que não se restringem ao uso do solo para fins produtivos, mas também abrangem aspectos culturais, históricos e políticos que reforçam a identidade coletiva e a coesão social das comunidades do campo. Nesse sentido, compreender a multiterritorialidade torna-se essencial para o ensino de geografia, ao permitir que os estudantes reconheçam as interações entre diferentes escalas territoriais e analisem os desafios enfrentados pelas populações rurais em um mundo cada vez mais globalizado (Ferreira, 2014).

A abordagem da multiterritorialidade no ensino de geografia contribui, ainda, para a valorização dos saberes locais e para a análise crítica das desigualdades que permeiam o acesso e o controle sobre os territórios. Essa perspectiva possibilita a discussão sobre os impactos de políticas públicas, práticas agrícolas modernas e processos de urbanização, que frequentemente resultam em conflitos territoriais e na desvalorização dos modos de vida tradicionais. Além disso, promove a reflexão sobre como as populações rurais articulam estratégias de resistência e resiliência para preservar seus territórios, culturas e modos de produção diante de pressões externas (Haesbaert; Ramos, 2004).

2.2 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A multiterritorialidade, enquanto conceito que se refere à coexistência e

interdependência de múltiplos territórios nos quais os sujeitos transitam, atuam e constroem significados, apresenta implicações relevantes no contexto rural, especialmente no âmbito da educação de geografia sob a perspectiva da educação do campo. Esse fenômeno, que ultrapassa as fronteiras físicas ou administrativas, envolve a articulação de identidades, práticas sociais e relações econômicas que atravessam territórios distintos, possibilitando uma compreensão mais abrangente das dinâmicas espaciais e das interações sociais (Louzada; Dias, 2023).

No contexto rural, a multiterritorialidade manifesta-se, por exemplo, na maneira como os sujeitos locais estabelecem vínculos simultâneos com o espaço de trabalho agrícola, os centros urbanos adjacentes e os territórios tradicionais ou comunitários, cada qual desempenhando um papel específico na configuração das relações sociais e econômicas. Essa multiplicidade territorial evidencia a complexidade das práticas territoriais rurais, que não se restringem ao uso do solo para fins produtivos, mas também abrangem aspectos culturais, históricos e políticos que reforçam a identidade coletiva e a coesão social das comunidades do campo. Nesse sentido, compreender a multiterritorialidade torna-se essencial para o ensino de geografia, ao permitir que os estudantes reconheçam as interações entre diferentes escalas territoriais e analisem os desafios enfrentados pelas populações rurais em um mundo cada vez mais globalizado (Pavini; Junior; Ribeiro, 2023).

A abordagem da multiterritorialidade no ensino de geografia contribui, ainda, para a valorização dos saberes locais e para a análise crítica das desigualdades que permeiam o acesso e o controle sobre os territórios. Essa perspectiva possibilita a discussão sobre os impactos de políticas públicas, práticas agrícolas modernas e processos de urbanização, que frequentemente resultam em conflitos territoriais e na desvalorização dos modos de vida tradicionais. Além disso, promove a reflexão sobre como as populações rurais articulam estratégias de resistência e resiliência para preservar seus territórios, culturas e modos de produção diante de pressões externas. Essa abordagem rompe com modelos pedagógicos tradicionais que, frequentemente, desconsideram as especificidades das comunidades camponesas, impondo uma visão de mundo alheia à realidade local. Ao contrário, os movimentos sociais promovem uma pedagogia crítica e emancipatória, que reconhece a importância do território como elemento estruturante das relações sociais e culturais e, conseqüentemente, da própria prática educativa (Pavini; Junior; Ribeiro, 2023).

Nesse contexto, o ensino de geografia na educação do campo assume uma função estratégica, ao possibilitar a análise das relações entre espaço, território e poder, bem como dos impactos das transformações econômicas e ambientais sobre os modos de vida rurais. Por meio

dessa disciplina, é possível fomentar uma compreensão ampliada do território, que englobe não apenas a dimensão material, mas também os aspectos simbólicos, históricos e políticos que definem a relação das comunidades com o espaço que ocupam. Assim, a geografia torna-se um instrumento de resistência e valorização do patrimônio territorial das comunidades rurais, ao promover a reflexão crítica sobre as dinâmicas de expropriação, exclusão e marginalização que historicamente marcaram o campo (Louzada; Dias, 2023).

Ademais, a influência dos movimentos sociais na construção de políticas educacionais voltadas ao campo reforça a necessidade de articulação entre a escola e as comunidades locais, promovendo práticas pedagógicas que dialoguem com as vivências e os saberes dos sujeitos do campo. Essa articulação contribui para a formação de uma identidade coletiva que fortalece a autonomia e a capacidade de organização das comunidades, além de estimular a participação ativa dos estudantes na transformação de sua realidade social. Por meio de metodologias que integrem o conhecimento local com os conteúdos curriculares, a educação do campo configura-se como uma ferramenta de promoção da justiça social e de fortalecimento da territorialidade, ao reconhecer e valorizar as especificidades e potencialidades das populações rurais.

2.3 CONCEITO DE TERRITÓRIO PARA O CONTEXTO EDUCACIONAL

A transposição didática do conceito de território para o contexto educacional, especialmente no âmbito do ensino de geografia, configura-se como um processo indispensável para a construção de uma abordagem pedagógica que articule os saberes acadêmicos com as vivências e realidades dos estudantes, sobretudo no contexto da educação do campo. O conceito de território, amplamente discutido na geografia como uma instância resultante das relações de poder, apropriação e pertencimento, deve ser adaptado à prática pedagógica de forma a promover o desenvolvimento do pensamento crítico, a análise das dinâmicas socioespaciais e a compreensão das interações entre o homem e o ambiente (Melo, 2016).

No processo de transposição didática, torna-se essencial traduzir a complexidade teórica do conceito de território para uma linguagem acessível e conectada à realidade dos estudantes, sem, contudo, esvaziar seu conteúdo crítico e multidimensional. Essa adaptação implica considerar o território não apenas como uma delimitação espacial, mas como um espaço vivido, carregado de significados culturais, econômicos e políticos, que reflete as relações sociais e as dinâmicas de poder presentes no cotidiano. Tal abordagem é particularmente relevante no contexto da educação do campo, onde as questões territoriais assumem uma dimensão central,

seja nas práticas agrícolas, nas disputas por terra ou na preservação de modos de vida tradicionais.

Ao inserir o conceito de território no ensino de geografia, é possível explorar sua aplicabilidade em diversas escalas, desde o local até o global, demonstrando como as relações de poder e os processos de territorialização influenciam a organização espacial, o uso dos recursos naturais e as interações sociais. A transposição didática, nesse sentido, permite que os estudantes compreendam o território como uma construção social e histórica, permeada por disputas e negociações, e reconheçam sua própria inserção nesse contexto, o que favorece a valorização de sua identidade territorial e a reflexão crítica sobre os desafios enfrentados pelas comunidades rurais (Melo, 2016).

Ademais, a aplicação do conceito de território na prática pedagógica deve envolver metodologias ativas e contextualizadas, que dialoguem com a realidade dos estudantes e incentivem a análise de situações concretas, como o impacto de políticas públicas no uso do solo, os conflitos por terra e os processos de transformação do espaço rural. Tais práticas, ao integrar o conhecimento teórico com a observação empírica, contribuem para o fortalecimento da relação entre os estudantes e o território que habitam, promovendo uma educação que não apenas informa, mas também capacita os sujeitos a interagir criticamente com o espaço e a participar ativamente na construção de soluções para os problemas socioespaciais.

2.4 RELAÇÃO ENTRE TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE NO CAMPO

Ao destacar a dimensão subjetiva do território, permite-se uma análise mais abrangente das interações humanas com o ambiente, integrando aspectos econômicos, históricos e culturais em um único arcabouço interpretativo.

No contexto da educação do campo, a apropriação simbólica do território assume relevância ainda maior, uma vez que as populações rurais, frequentemente vinculadas a práticas tradicionais e a modos de vida específicos, desenvolvem uma relação de pertencimento e identidade com o espaço que ocupam. Essa relação não se restringe às atividades produtivas, mas abrange elementos simbólicos que conferem significado ao território, como os costumes, as narrativas históricas, as festas populares e as práticas religiosas. Compreender essa apropriação simbólica é essencial para o ensino de geografia, pois permite que os estudantes reconheçam o território não apenas como um espaço físico, mas como um lugar de memória, identidade e resistência, fundamental para a coesão social e a preservação das tradições locais

(Ferreira, 2014).

A análise das implicações da apropriação simbólica do território na vivência cotidiana favorece uma reflexão crítica sobre os processos de exclusão e marginalização que frequentemente afetam as comunidades rurais, especialmente diante de pressões externas, como a expansão urbana, as políticas de desenvolvimento econômico e os conflitos fundiários. Ao integrar essa dimensão simbólica no ensino de geografia, torna-se possível abordar questões relacionadas à sustentabilidade, à valorização dos saberes locais e à resistência cultural, destacando a importância do território como espaço de construção de sentidos e de articulação de práticas sociais (Haesbaert, 2004).

Além disso, o reconhecimento da apropriação simbólica do território no contexto educacional possibilita o fortalecimento do vínculo entre os estudantes e o espaço que habitam, incentivando a valorização de sua herança cultural e o engajamento ativo na defesa e na transformação de sua realidade. Por meio de metodologias que promovam o diálogo entre os saberes locais e o conhecimento acadêmico, o ensino de geografia pode atuar como instrumento de ressignificação do território, capacitando os estudantes a compreenderem sua inserção no espaço geográfico e a participarem de forma consciente e crítica nas dinâmicas territoriais que moldam suas vidas (Haesbaert, 2004).

2.5 PAPEL DO ESPAÇO VIVIDO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RURAL E URBANA

O conceito de multiterritorialidade, proporciona uma compreensão ampliada das relações entre espaço e identidade, especialmente no contexto das dinâmicas rurais e urbanas, ao reconhecer que os sujeitos estabelecem vínculos múltiplos e simultâneos com diferentes territórios. Essa perspectiva, ao considerar o espaço vivido como elemento central na formação das identidades individuais e coletivas, permite refletir sobre como as experiências cotidianas, associadas a diferentes territórios, moldam os sentidos de pertencimento e influenciam a construção das subjetividades. Nesse sentido, a abordagem da multiterritorialidade revela-se indispensável para o ensino de geografia, ao promover uma análise crítica das interações entre os sujeitos e os espaços que habitam (Meira; Alencar, 2019).

A identidade rural, marcada por uma relação intrínseca com o território enquanto espaço de produção, memória e resistência, constitui-se a partir de práticas e significados atribuídos ao ambiente vivido. Por outro lado, as identidades urbanas, frequentemente associadas à

mobilidade e à pluralidade de experiências territoriais, evidenciam a complexidade das dinâmicas espaciais na contemporaneidade, nas quais os sujeitos transitam entre diferentes territórios e constroem vínculos que extrapolam fronteiras físicas. A multiterritorialidade, ao reconhecer a coexistência dessas múltiplas relações, possibilita uma reflexão sobre como os espaços vividos contribuem para a formação de identidades híbridas, que integram elementos tanto do campo quanto da cidade (Meira; Alencar, 2019).

No âmbito da educação do campo, a valorização do espaço vivido como elemento estruturante da identidade territorial torna-se ainda mais relevante, uma vez que permite aos estudantes compreenderem suas próprias experiências e inserirem-se criticamente nas dinâmicas sociais e espaciais. Essa abordagem, ao considerar a multiterritorialidade, possibilita integrar os saberes locais às reflexões geográficas, promovendo uma educação contextualizada e conectada às realidades dos sujeitos. Ao mesmo tempo, permite explorar as interações entre os espaços rurais e urbanos, destacando as interdependências e os desafios que emergem dessas relações, como os fluxos migratórios, a expansão urbana e os conflitos por território (Haesbaert; Ramos, 2004).

Ademais, a análise do espaço vivido no ensino de geografia, fundamentada na perspectiva da multiterritorialidade, favorece a compreensão das transformações sociais e econômicas que impactam os territórios e, conseqüentemente, as identidades de seus habitantes. Essa reflexão contribui para a formação de sujeitos capazes de reconhecer os processos que moldam suas realidades, ao mesmo tempo em que fortalece o vínculo com o território enquanto espaço de pertencimento, resistência e construção coletiva.

2.6 INTEGRAÇÃO DA REALIDADE VIVIDA DOS ESTUDANTES RURAIS AO CURRÍCULO DE GEOGRAFIA

A integração da realidade vivida dos estudantes rurais ao currículo de geografia exige um esforço articulado para reconhecer a importância do território como elemento central na formação desses sujeitos, utilizando como base os princípios da multiterritorialidade e da abordagem crítica do ensino de geografia. Essa proposta implica considerar as experiências e os saberes locais como fontes fundamentais para a construção do conhecimento, articulando os conteúdos curriculares aos contextos sociais, culturais e econômicos das populações do campo. Nesse sentido, é imprescindível adaptar as práticas pedagógicas e os recursos didáticos às especificidades do ambiente rural, a fim de promover uma educação que valorize o espaço

vivido como campo de aprendizado (Mello, 2016).

A transposição didática, como mecanismo de adaptação dos conceitos teóricos ao ensino, desempenha papel essencial nesse processo ao aproximar os temas geográficos das realidades concretas dos estudantes. O conceito de território, entendido como espaço dinâmico permeado por relações de poder, simbolismos e práticas culturais, deve ser explorado de forma contextualizada, destacando os aspectos que caracterizam as relações sociais no campo e as interações entre o ambiente rural e urbano. Para tanto, é fundamental que o currículo incorpore metodologias que favoreçam o diálogo entre os saberes acadêmicos e as vivências locais, promovendo atividades que incentivem a observação, a análise crítica e a participação ativa dos estudantes em seu processo formativo.

Ao aprofundar a integração da realidade vivida dos estudantes rurais ao currículo de geografia, é necessário considerar a multiterritorialidade como um eixo estruturante do ensino, conforme destacado nos estudos que discutem a transposição didática do conceito de território. A concepção de território como construção social, carregada de múltiplas dimensões – política, econômica, cultural e simbólica –, reforça a necessidade de contextualizar o ensino às particularidades dos sujeitos do campo, reconhecendo as interações entre o local e o global, assim como os conflitos e as resistências que emergem desses espaços (Louzada; Dias, 2023).

Tal abordagem resulta na dificuldade de estabelecer conexões significativas entre o conteúdo ensinado e as experiências cotidianas dos alunos, sobretudo no contexto rural. Assim, práticas pedagógicas que avancem na aplicação do conceito em sala de aula, conforme indicam diversos autores, devem partir das vivências territoriais dos estudantes, utilizando elementos como o mapeamento das dinâmicas locais, a análise das relações de trabalho e o reconhecimento das práticas culturais específicas de cada comunidade.

2.7 MEIO PARA FORTALECER A TERRITORIALIDADE NO ENSINO

O uso de mapas, projetos comunitários e estudos do meio no ensino de geografia, especialmente sob a perspectiva da educação do campo, constitui-se como ferramenta essencial para o fortalecimento da territorialidade, ao promover uma conexão entre o conhecimento teórico e a realidade vivida pelos estudantes. Tais práticas possibilitam não apenas a compreensão dos aspectos físicos e simbólicos do território, mas também fomentam o desenvolvimento de habilidades críticas e investigativas, essenciais para a análise das dinâmicas socioespaciais e das interações humanas com o ambiente (Souza; Clemente, 2023).

O uso de mapas no processo pedagógico transcende sua função de representação gráfica, ao permitir que os estudantes visualizem e interpretem as características de seu território, identificando elementos como os recursos naturais, as infraestruturas e as relações de uso e ocupação do solo. Essa abordagem, ao incluir a elaboração de mapas mentais pelos próprios alunos, incentiva o reconhecimento das percepções individuais e coletivas do espaço vivido, favorecendo a construção de uma visão ampliada e contextualizada das interações territoriais. Ademais, a prática de análise cartográfica possibilita a problematização de questões como os conflitos fundiários, a expansão urbana e os impactos das políticas públicas no campo, estimulando uma leitura crítica e integrada do território.

Os projetos comunitários, por sua vez, promovem a integração entre a escola e a comunidade, ao valorizar os saberes locais e as práticas culturais como parte fundamental do processo educativo. Iniciativas que envolvam a revitalização de espaços públicos, o registro da memória histórica local ou a análise de problemas ambientais específicos permitem que os estudantes assumam um papel ativo em seu contexto territorial, compreendendo a importância da participação coletiva na preservação e no desenvolvimento do território. Esses projetos, ao articularem o conteúdo curricular às demandas reais das populações rurais, fortalecem o vínculo dos estudantes com o espaço que habitam, ao mesmo tempo em que promovem a autonomia e a cidadania (Souza; Clemente, 2023).

Os estudos do meio, por sua natureza interdisciplinar, constituem-se como estratégia pedagógica que potencializa o aprendizado ao aproximar os alunos do objeto de estudo, promovendo a observação direta das paisagens, das dinâmicas socioambientais e das interações humanas com o território. Essas atividades, ao incluir visitas a áreas de relevância ambiental, econômica ou cultural, possibilitam uma compreensão mais profunda das particularidades do espaço rural, favorecendo o reconhecimento de sua diversidade e a análise das relações de interdependência entre o campo e a cidade. Além disso, os estudos do meio estimulam a reflexão sobre questões contemporâneas, como a sustentabilidade, a conservação dos recursos naturais e os desafios da territorialidade no contexto global.

2.8 A DESTERRITORIALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS

A desterritorialização, enquanto processo que implica na ruptura ou deslocamento das relações estabelecidas entre os indivíduos e seus territórios, configura-se como fenômeno de significativa relevância para o estudo das dinâmicas socioespaciais, especialmente no contexto

das comunidades rurais. Este processo, que frequentemente emerge de forças externas associadas à expansão urbana, à modernização agrícola ou às políticas de desenvolvimento, promove transformações profundas nos espaços do campo, resultando em impactos que abarcam desde a precarização territorial até a exclusão social. A análise dessas implicações torna-se indispensável para a compreensão crítica das desigualdades estruturais que afetam as populações rurais, bem como para a formulação de estratégias educativas capazes de enfrentar esses desafios (Haesbaert, 2023).

A precarização territorial, resultado direto da desterritorialização, manifesta-se por meio da desestruturação dos espaços rurais, evidenciada pela perda de acesso a recursos essenciais, pela desarticulação das redes de sociabilidade e pela descaracterização das práticas culturais e econômicas que sustentam a identidade local. A expulsão de pequenos agricultores, causada pela concentração fundiária ou pela substituição de práticas tradicionais por modelos produtivos voltados à exportação, ilustra como a desterritorialização impacta negativamente o território rural, privando suas populações das condições materiais e simbólicas necessárias à reprodução de seus modos de vida. Esse fenômeno, além de comprometer a sustentabilidade econômica e ambiental do campo, contribui para o enfraquecimento do vínculo territorial, agravando as vulnerabilidades sociais e econômicas (Almeida, 2014).

Ademais, a desterritorialização reforça os mecanismos de exclusão social, ao deslocar populações para áreas periféricas urbanas ou marginalizá-las em seu próprio território, onde permanecem em condições de extrema precariedade. Essas populações, frequentemente desprovidas de recursos e de suporte institucional, enfrentam dificuldades na manutenção de suas práticas culturais, no acesso a serviços públicos e na integração a novas dinâmicas econômicas, o que as posiciona em situação de desvantagem estrutural. A perda do território como espaço de pertencimento e de produção social intensifica a exclusão, ao privar os indivíduos de referências identitárias e de autonomia, resultando em processos de alienação e invisibilidade social. (Haesbaert, 2023).

3 CORPO-TERRITÓRIO COMO ABORDAGEM PEDAGÓGICA NO ENSINO RURAL

A resignificação do conceito de corpo-território no contexto do ensino do campo apresenta-se como uma abordagem pedagógica inovadora e essencial para a valorização das vivências e das identidades territoriais das populações rurais. O conceito de corpo-território,

que articula a ideia de que o corpo é um espaço físico e simbólico de interação, resistência e pertencimento, permite compreender o território como uma extensão das experiências e das práticas sociais que moldam a identidade dos sujeitos. Essa perspectiva, ao integrar as dimensões material e imaterial do território, constitui-se em uma ferramenta significativa para a construção de um ensino que dialogue com as especificidades das comunidades do campo (Carvalho; Canto, 2024).

No âmbito da educação do campo, a utilização do conceito de corpo-território permite abordar o espaço não apenas como uma delimitação geográfica, mas como um local de construção de subjetividades, onde as práticas culturais, os saberes locais e as interações sociais desempenham papel fundamental. Essa abordagem, ao considerar o corpo como uma metáfora do território e como um instrumento de atuação e transformação, favorece a análise crítica das dinâmicas de poder, das resistências culturais e das adaptações sociais que caracterizam a vida no campo. A ressignificação do corpo-território torna-se, assim, uma via pedagógica para a construção de um ensino de geografia que valorize a relação intrínseca entre os sujeitos e os espaços que habitam (Carvalho; Canto, 2024).

A incorporação desse conceito ao currículo de geografia possibilita uma reflexão crítica sobre os impactos das transformações socioeconômicas e ambientais nas comunidades rurais, promovendo a análise de como essas mudanças afetam as dinâmicas culturais e identitárias. Essa perspectiva contribui para o fortalecimento do vínculo dos estudantes com seu território, ao evidenciar a importância das práticas locais, das narrativas históricas e das expressões simbólicas como elementos que configuram sua relação com o espaço. Ao mesmo tempo, a ressignificação do corpo-território possibilita uma pedagogia voltada para o empoderamento das comunidades, ao promover a valorização de sua cultura e a conscientização de sua capacidade de resistência e transformação social (Haesbaert, 2023).

Metodologicamente, a aplicação do conceito de corpo-território no ensino do campo pode incluir atividades que conectem o conhecimento acadêmico às vivências dos estudantes, como a análise de práticas agrícolas tradicionais, o mapeamento das expressões culturais e a identificação das relações de pertencimento com o espaço local. Além disso, práticas pedagógicas que incentivem o uso de linguagens simbólicas, como as narrativas orais e as representações artísticas, podem ampliar a compreensão dos vínculos entre corpo e território, promovendo um aprendizado que valorize as dimensões afetiva e identitária do espaço geográfico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da territorialidade no ensino de geografia sob a perspectiva da educação do campo revela-se fundamental para compreender as dinâmicas socioespaciais que moldam as comunidades rurais, valorizando suas práticas, saberes e identidades. Ao reconhecer o território como uma construção social permeada por significados culturais, econômicos e políticos, o ensino de geografia contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes de sua inserção no espaço, fortalecendo o vínculo entre os sujeitos e o lugar que ocupam.

Nesse contexto, a territorialidade surge como um conceito estruturante para o debate pedagógico, permitindo que os estudantes compreendam os desafios e as potencialidades de seus territórios, ao mesmo tempo em que dialogam com os impactos das transformações globais. A multiterritorialidade, por sua vez, oferece uma perspectiva ampliada das interações espaciais, promovendo a análise crítica das desigualdades no acesso e controle dos recursos e destacando a importância das estratégias de resistência e resiliência das comunidades do campo. Portanto, a incorporação de práticas pedagógicas que integrem os saberes locais ao conhecimento acadêmico, como projetos comunitários, mapas afetivos e estudos do meio, mostra-se indispensável para a construção de um ensino de geografia contextualizado e emancipatório.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Denise Ribeiro. O Mito da desterritorialização: do fim dos territórios à Multiterritorialidade. **Revista Formadores**, v. 7, n. 1, p. 74-77, 2014. Disponível em: <https://adventista.emnuvens.com.br/formadores/article/download/455/419>. Acesso em: 26 de nov. de 2024.

CARVALHO, Wander Guilherme Rocha; CANTO, Tânia Seneme. Corpo território, território corpo: saberes e práticas em devir na educação geográfica. **Revista Triângulo**, v. 17, n. 1, p. 209-222, 2024. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/7362>. Acesso em: 26 de nov. de 2024.

FERREIRA, Denison da Silva. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, p. 111- 135, abr. 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19883>. Acesso em: 26 de nov. de 2024.

HAESBAERT, Rogério. Conceitos fundamentais da geografia: território. **GEOgraphia**, Niterói, v. 25, n. 55, p. 1-10, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/61073>. Acesso em: 26 de nov. de 2024.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 26 de nov. de 2024.

HAESBAERT, Rogério; RAMOS, Tatiana Tramontani. O mito da desterritorialização econômica. **GEOgraphia**, Niterói, v. 6, n. 12, p. 1-15, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13478>. Acesso em: 26 de nov. de 2024.

LOUZADA, Angélica Rodrigues; DIAS, Liz Cristiane. Educação do campo e o ensino de geografia. **Laboratório de Estudos Urbanos, Regionais e Ensino de Geografia (LeurEnGeo)**, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/06/Ang%C3%A9lica-Rodrigues-Louzada.pdf>. Acesso em: 27 de nov. de 2024.

MEIRA, Celio; ALENCAR, Cristina. Campo e cidade, rural e urbano: Estudo sobre território e territorialidade. **Okara: Geografia em debate**, v. 13, n. 1, p. 26-35, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Cristina-Alencar/publication/339613553_CAMPO_E_CIDADE_RURAL_E_URBANO_ESTUDO_SOBRE_TERRITORIO_E_TERRITORIALIDADE/links/5fa5bf3592851cc2869ccea/CAMPO-E-CIDADE-RURAL-E-URBANO-ESTUDO-SOB. Acesso em: 27 de nov. de 2024.

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. Pesquisas sobre o conceito de território no ensino de geografia: interfaces com o currículo e a prática pedagógica. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 38, v. 2, p. 68-83, ago./dez. 2016.

PAVINI, Gislaine Cristina; JUNIOR, Joviro Adalberto; RIBEIRO, Maria Lucia. Agroecologia na educação do campo: possibilidades de construção. **Revista NEADS**, v. 3, p. 1-10, 2023. Disponível em: <http://neads.btv.ifsp.edu.br/ojs/index.php/revneads/article/view/9>. Acesso em: 27 de nov. de 2024.

SOUZA, Tatiane Rodrigues de; CLEMENTE, Evandro César. O ensino de geografia no contexto da educação no/do campo. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 13, n. 23, p. 05-27, jan./dez., 2023. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1222>. Acesso em: 26 de nov. de 2024.